



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Requerimento nº 46.895/2017 — PARECER — 18/12/2017

Requerimento nº 46.895/2017

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pelo Assessor Jurídico Ministerial VICTO FIGUEREDO, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Assu, a fim de saber se, havendo suspeição de membro do Ministério Público em procedimento extrajudicial, os autos permanecem na Promotoria de origem ou devem ser redistribuídos para a Promotoria em que atua o substituto.


**É o que importa relatar.**

Conforme artigo 32 da LCE nº 141/1996,

Art. 32. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, órgão de orientação, organização, inspeção, disciplina, fiscalização das atividades funcionais e da conduta **dos membros do Ministério Público**, será dirigida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 445, de 29 de novembro de 2010) (Grifo acrescido).

Pela dicção legal, a Corregedoria-Geral do MPRN somente teria atribuição para a orientação dos membros do Ministério Público. Dessa forma, as dúvidas dos servidores deveriam ser, primeiramente, esclarecidas pelo membro ministerial com quem ocorre o seu desempenho de funções, circunstância não mencionada pelo consultante, nem se estaria efetuando a consulta por ordem do Promotor.

Todavia, considerando que a dúvida formulada diz respeito a caso em que o Promotor se declarou suspeito, além de se tratar de questão simples e que tem efeito na organização das Promotorias de Justiça, além de, cotidianamente, esta Corregedoria-Geral já vir tirando dúvidas de vários servidores que, por telefone, entram em contato com este órgão, no interesse da melhor organização das unidades ministeriais (que são objeto de fiscalização pelas Corregedorias-Gerais),



1/2



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Requerimento nº 46.895/2017 — PARECER — 18/12/2017

não identifico prejuízo em superar-se, no caso concreto, a questão legal e encaminhar-se resposta à consulta formulada, em deferência à solicitação do servidor.

Dito isto, e analisando a pergunta formulada, tenho que, como o fato ensejador da declaração de suspeição diz respeito, tão somente, à pessoa que a declara, não se estendendo, por se tratar de circunstância de caráter subjetivo, aos demais membros e servidores eventualmente atuantes na Promotoria (salvo se também declararem suspeição), os autos devem permanecer em trâmite na Promotoria de Justiça de origem, na qual o procedimento deve ser despachado pelo Promotor de Justiça substituto automático, não sendo o caso, por conseguinte, de redistribuição para outra Promotoria de Justiça.

Diante do exposto, **OPINA** este Promotor Corregedor pelo encaminhamento de resposta nos termos acima aludidos.

É o Parecer.

Encaminhem-se os autos ao Exmo. Sr. Corregedor-Geral.

Natal, 18 de dezembro de 2017

Mac Lennon Lira dos Santos Leite  
Promotor Corregedor em substituição legal



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária  
CEP 59065-555 – Telefone/fax 3232.7136 – [comp@mpm.mp.br](mailto:comp@mpm.mp.br)

---

Procedimento nº 46.895/2017

Assunto: Requerimento

Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Assu

### DECISÃO

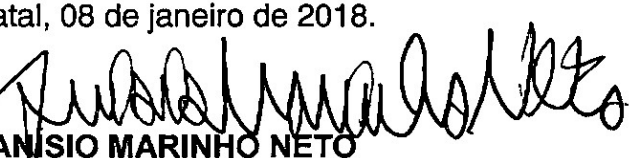
Aprovo e adoto o parecer da lavra do Promotor Corregedor Mac Lennon Lira dos Santos Leite, como razão de decidir.

Oficie-se à Promotora de Justiça interessada encaminhado-lhe cópia do parecer e da presente decisão para ciência.

Após, arquivem-se os autos

Cumpra-se.

Natal, 08 de janeiro de 2018.

  
**ANÍSIO MARINHO NETO**  
Corregedor-Geral do Ministério Público